

Mantega: aperto fiscal à vista

Daniel Pereira
e Fernando Nakagawa

■ BRASÍLIA. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse ontem que a equipe econômica estuda "uma série de medidas na área fiscal". A idéia é estabelecer um plano de longo prazo, destinado a reduzir a relação entre gasto público e Produto Interno Bruto (PIB). De 1994 a 2005, a relação saltou de 24% para 33%, segundo o economista-chefe para a América Latina do Real ABN Amro, Alexandre Schwartzman.

O estudo é capitaneado, além da Fazenda, pelo Ministério do Planejamento e pela Casa Civil. Depois de concluído, será apresentado ao presidente reeleito. Domingo, no discurso da vitória, Lula prometeu "política fiscal dura", sem prejuízo de mais crescimento econômico e distribuição de renda. Na segunda-feira, reafirmou que a política econômica não mudará.

Serão mantidos o regime de metas de inflação e o superávit primário de 4,25% do PIB. O diferencial ficaria com a taxa de crescimento da economia, que dobraria, chegando a 5% anuais entre 2007 e 2010. Ontem, o Governo informou ao Congresso que diminuiu de 4% para 3,7% a previsão de expansão do PIB neste ano.



ARQUIVO

Mantega promete controle da inflação e aumento do PIB de 5% ao ano no segundo mandato

Ontem, ele se negou a detalhar as propostas. Uma das cantilenes prediletas do tucano Geraldo Alckmin durante a campanha, a reforma dos gastos públicos, é reclamada pelo setor produtivo e aliados do presidente Lula, como os ex-ministros Delfim Netto e Antonio Palocci. Teria o condão de aumentar os investimentos em infra-estrutura e acelerar o processo de redução

da taxa básica de juros, a Selic, hoje em 13,75% ao ano.

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo defende a aprovação de lei que limita o aumento dos gastos em proporção ao PIB. Por enquanto, só é certo que o governo tentará no Congresso a prorrogação da vigência da Desvinculação de Receitas da União (DRU) e da CPMF.

— Tudo isso faz parte da sé-

rie de medidas em estudo. Quando definidas, serão anunciadas — declarou Mantega.

A DRU — que permite ao governo gastar livremente 20% do que arrecada em tributos — a e CPMF perdem validade em 31 de dezembro de 2007. Bernardo já manifestou em público a intenção de, além de adiar a vigência da DRU por pelo menos uma década, elevar seu percentual

para entre 30% e 35%. Segundo integrantes do governo, a DRU permite aplicação mais adequada dos recursos e a possibilidade de despesas serem cobertas sem o aumento do endividamento da União.

Bernardo também quer transformar em permanente o imposto do cheque, que rende R\$ 32 bilhões por ano aos cofres públicos. Pela proposta, a alíquota seria reduzida ao longo do tempo do 0,38% atual para 0,08%. Deixaria de ser instrumento de arrecadação e passaria a ser meramente de fiscalização. Em linha com o presidente Lula e a chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, Mantega deu a entender que eventual pacote fiscal não cortará recursos sociais.

— Não acredito que mudaremos a PEC da Saúde — disse o titular da Fazenda.

A PEC da saúde atrelou a verba do setor ao crescimento nominal do PIB. Na educação, por exemplo, a atualização dos recursos acompanha a variação da inflação. Para técnicos do governo, o modelo correto é o aplicado no segundo caso. Não é à toa. No cenário otimista da atual equipe econômica, o PIB será maior do que a inflação.